

A “Ética do Desenvolvimento” como Proposta de Pesquisa Interdisciplinar

Thiago Fontelas Rosado Gambi¹
Rossi Henrique Soares Chaves²

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.6-31>

Resumo

O desenvolvimento pode ser considerado um dos conceitos fundamentais da economia, mas também um dos mais complexos. É fundamental por tratar dos objetivos últimos da economia como Ciência Social, isto é, a melhoria das condições de vida das pessoas. É pela importância, apesar da dificuldade, que o objeto da discussão deste texto é o desenvolvimento pensado a partir da Filosofia moral ou da ética. Seu primeiro objetivo é verificar, desde a história do pensamento econômico, como o conceito de desenvolvimento se alterou ao longo do tempo. A segunda parte do texto, que corresponde ao seu segundo objetivo, apresenta e discute a proposta da “ética do desenvolvimento”. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu, basicamente, em revisão bibliográfica, com ênfase em textos fundadores da proposta, escritos nas décadas de 60 e 70 por Joseph-Louis Lebrét e Denis Goulet. Foram também consideradas as contribuições mais recentes das décadas de 80, 90 e 2000, como novos trabalhos de Goulet, David Crocker e Des Gasper. A ideia que orienta este trabalho é de que a ética pode servir como princípio unificador, totalizante, dos diversos aspectos do desenvolvimento. Nesse sentido, a “ética do desenvolvimento” se justificaria como campo interdisciplinar de estudos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Economia. Ética.

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). thiago.gambi@uol.com.br

² Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Ciências e Economia e em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal). Foi bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq e atualmente é bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). rossichaves@hotmail.com

“DEVELOPMENT ETHICS” AS INTERDISCIPLINARY RESEARCH PROPOSAL

Abstract

The development could be considered one of the fundamental concepts of economics, but it is also one of the most complex. It is fundamental because it addresses the ultimate aim of economics as a social science, i.e., the improvement of living conditions of the people. It is because its importance, and despite the difficulty of study it, that the discussion of this text deals with development conceptions thought from moral philosophy or ethics. The first goal of this discussion is to see how the concept of development changes over time, from the history of economic thought. The second part of the discussion deals with the proposal of “ethical development”. The methodology used in the research consists basically in literature review, with emphasis on the founding texts of the proposal, written in the 60s and 70s by Joseph-Louis Lebreton and Denis Goulet. Some of the most recent contributions of the 80s, 90s and 2000s, as new works by Goulet, David Crocker and Des Gasper, were also considered. It is argued that ethics might work as a unifying principle of the various aspects of development. In this sense, “ethics of development” would be justified as an interdisciplinary field of study.

Keywords: Development. Economics. Ethics.

O desenvolvimento pode ser considerado um dos conceitos mais fundamentais da economia, mas também um dos mais complexos. É fundamental porque trata dos objetivos últimos da economia como Ciência Social, isto é, a melhoria das condições de vida das pessoas. É um dos mais complexos porque, ao se adotar uma abordagem totalizante, escapa às fronteiras da economia e borra a divisão entre esta e as outras Ciências Humanas. Atualmente, e já desde algum tempo, não basta considerar apenas questões econômicas, sobretudo a do crescimento econômico, para afirmar o desenvolvimento de determinada formação social. É pela importância, apesar da dificuldade, que o objeto da discussão deste texto é o desenvolvimento pensado a partir da Filosofia moral ou da ética.

O primeiro objetivo deste trabalho é verificar, sucintamente, como o conceito de desenvolvimento se alterou ao longo do tempo. Para isso, é abordado a partir da história do pensamento econômico. A concepção de desenvolvimento, desde os mercantilistas, foi identificada com crescimento econômico e, somente no pós-2ª Segunda Guerra Mundial, passou por uma revisão que deixou de identificá-lo com o crescimento econômico simplesmente e incorporou novos elementos, inclusive não econômicos, ao seu significado. Por que aconteceu essa viragem no conceito de desenvolvimento? Para entender como os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico foram se afastando ao longo do tempo, a primeira parte do texto traz um breve panorama das concepções de desenvolvimento do século 17 ao pós-2ª Segunda Guerra.

A segunda parte trata mais especificamente do tema deste trabalho. No contexto da viragem do conceito de desenvolvimento, na década de 60, surgiu um grupo de estudiosos, influenciados, muitas vezes, por princípios religiosos, que via na “ética do desenvolvimento” uma alternativa teórica e prática para humanizar a sociedade de mercado. O que esse grupo pretendia era criar uma nova disciplina, um campo interdisciplinar de estudos para

tratar das questões do desenvolvimento. Apresentar a proposta da “ética do desenvolvimento” e discutir os seus problemas é o segundo e último objetivo deste texto.

A metodologia utilizada na pesquisa consistiu, basicamente, em revisão bibliográfica, com ênfase em textos fundadores da proposta, escritos nas décadas de 60 e 70 por Joseph-Louis Lebret e Denis Goulet. Foram também consideradas as contribuições mais recentes das décadas de 80, 90 e 2000, como novos trabalhos de Goulet, David Crocker e Des Gasper. A ideia que orienta este trabalho é de que a ética é um princípio unificador, totalizante, dos diversos aspectos do desenvolvimento – social, ambiental, etc. – uma vez que guia a escolha dos fins a serem perseguidos e dos meios para alcançá-los. Os princípios que orientam a escolha dos fins e dos meios condicionam todos os outros aspectos do desenvolvimento e, nesse sentido, a “ética do desenvolvimento” se justificaria como campo interdisciplinar de estudos.

Breve Panorama das Concepções de Desenvolvimento

Os primeiros economistas, considerando aí mercantilistas (HECKSHER, 1991) e fisiocratas (MARX, 1980), definiam como sinônimos crescimento econômico e desenvolvimento. Hoje, parece clara a diferença entre os dois conceitos. Então, por que tal identificação predominou no pensamento econômico até o pós-2ª Segunda Guerra Mundial? Bresser-Pereira (2006) tenta responder essa questão afirmando que se o desenvolvimento fosse considerado a partir de uma perspectiva histórica, seria sinônimo de crescimento econômico por dois motivos: primeiro porque, historicamente, o crescimento econômico implicaria mudanças estruturais características do desenvolvimento. Segundo porque, também historicamente, o desenvolvimento econômico seria sempre acompanhado de desigualdades, seja social, econômica ou territorial. Não faria sentido, portanto, distinguir desenvolvimento e crescimento com base, por exemplo, na desigualdade.

Assim, o desenvolvimento como crescimento econômico seria o maior objetivo político das nações e, por extensão, dos economistas. E é assim, como crescimento econômico, que o desenvolvimento será visto durante quase 200 anos – dos mercantilistas ao pós-Segunda 2ª Guerra. De maneira geral, objetivos como a segurança social, a garantia da liberdade, a justiça social ou a proteção do meio ambiente não eram considerados econômicos e, portanto, desconsiderados como objeto da economia e dos economistas. É como se as mudanças mais amplas, relacionadas aos objetivos não econômicos mencionados, estivessem implícitas no conceito de crescimento econômico e fossem uma decorrência necessária desse processo no plano concreto. Crescer economicamente significaria desenvolver-se social, política e culturalmente.

O que quer dizer, porém, crescimento econômico? Basicamente, aumento da produção de bens e serviços. Como o crescimento econômico estava identificado com o desenvolvimento, tanto fazia falar em desenvolvimento econômico ou desenvolvimento *tout court*. É isso que vamos notar se tomarmos a definição de desenvolvimento de Bresser-Pereira (2006, p. 2), para quem o desenvolvimento se dá

pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de *acumulação de capital e incorporação de progresso técnico*. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e conhecimentos técnicos [grifos nossos].

Apesar de se preocupar adicionalmente com a questão da distribuição da renda e da ressalva contra a validade universal da teoria econômica, que abre espaço para novas possibilidades de se pensar o desenvolvimento, pode-se notar fundamentalmente o mesmo na definição de teoria de desenvolvimento de Furtado (2009, p. 25):

a teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social.

De maneira geral, ambas as perspectivas vêm dos antigos economistas, pois o crescimento econômico como desenvolvimento é a principal preocupação de mercantilistas, fisiocratas e economistas clássicos. Os mercantilistas, no século 17, estavam preocupados com a riqueza da nação, que acreditavam ser a acumulação de metais preciosos e a viabilização dessa riqueza por meio do comércio internacional. Vale lembrar que numa sociedade de Corte como a dessa época, em que se formavam os Estados Nacionais e as Monarquias absolutistas, a preocupação com a equidade social ou com a liberdade das pessoas estava praticamente ausente. Sen (1988, p. 10) adverte, no entanto, que William Petty, na *Aritmética Política*, de 1676, honrando sua posição de precursor do liberalismo (COUTINHO, 1993), já considerava o padrão de vida, além do crescimento econômico, como sinal de desenvolvimento. Por isso é considerado pelo autor indiano também um precursor da economia do desenvolvimento.

Os fisiocratas, já no século 18, tentavam explicar a riqueza por meio da produção agrícola. Diziam que toda riqueza vinha da terra e sua expansão da fertilidade natural. Qualquer outro tipo de trabalho que não o agrícola apenas transformaria a riqueza que vinha da terra. Para aumentar a riqueza, portanto, seria preciso expandir o trabalho agrícola e, por conseguinte, a produção nesse setor. Assim, a base do progresso econômico deslocava-se do comércio para a produção, porém permanecia a visão anterior de crescimento econômico identificado ao desenvolvimento.

Era a mesma visão dos economistas clássicos. Também, ao investigar a natureza e as causas da riqueza das nações, Adam Smith, no mesmo século, preocupava-se com a produção e sua expansão por meio da divisão do trabalho. O livre-mercado, ou a mão invisível, se encarregaria da distribuição da produção e da renda decorrente dela e da coesão social. É verdade

que David Ricardo, já no século 19, estava preocupado com a distribuição de renda, mas essa preocupação era motivada justamente pela explicação do crescimento econômico. Ricardo mostrou que a acumulação de capital dependia do lucro e, assim, seria importante entender a distribuição de renda para entender o crescimento econômico. Marx, também no século 19, ao explicar as leis que movem o sistema capitalista, acabou mostrando indiretamente como esse sistema se desenvolve. O seu ponto, todavia, não era o desenvolvimento econômico, mas o funcionamento do sistema. A acumulação de capital, ou o aumento da produção, seria a condição para sua reprodução ampliada. Em suma, a análise dos economistas clássicos, embora carregue diferentes pontos de vista, é tipicamente macroeconômica e se preocupa basicamente com o crescimento econômico, ainda o tratando como sinônimo de desenvolvimento.

Em meados do século 19 a abordagem neoclássica mudou o enfoque da análise econômica. Passava-se para a análise microeconômica, isto é, no plano da ação de empresas e indivíduos isolados, baseada na preocupação com a alocação ótima de recursos escassos e na distribuição da renda entre os fatores de produção (terra, capital e trabalho). Simplificadamente, nessa economia dos agentes econômicos atomizados, a poupança e o investimento seriam os reguladores de sua dinâmica mais ampla. A poupança, que dependeria da virtude do indivíduo, viabilizaria o investimento. O investimento, que dependeria da expectativa de rentabilidade, faria aumentar a produtividade do trabalho. Consequentemente, o investimento também faria aumentar o salário e isso acabaria reduzindo a rentabilidade do capital. Assim, a expectativa de rentabilidade não seria mais tão atraente e a poupança e o investimento seriam desestimulados. Nesse movimento autorregulado da poupança com o investimento, a economia buscava sempre encontrar o seu ponto de equilíbrio. Por isso, os neoclássicos, de fato, estavam mais preocupados com a análise do equilíbrio do que com o processo de desenvolvimento.

A situação de equilíbrio, entretanto, significava também estagnação, isto é, nesse ponto não haveria investimento novo ou acumulação de capital, apenas reposição, e o lucro, em todos os setores, deveria ser equalizado. O desenvolvimento, motivado pelo lucro e pelo investimento, portanto, somente poderia ser entendido na economia neoclássica como afastamento do equilíbrio (FURTADO, 2009, p. 67).

Schumpeter (1997), no início do século 20, percebeu essa insuficiência da economia neoclássica, isto é, ela explicava o funcionamento da economia a partir do equilíbrio (estática), mas não se preocupava em explicar o crescimento econômico ou o desenvolvimento econômico (dinâmica). Schumpeter aceitava a ideia de que o crescimento econômico seria um afastamento do equilíbrio e afirmava que o que afastava a economia do equilíbrio e a fazia crescer era a ação do empresário e as inovações. Assim, a questão tecnológica estaria no cerne do desenvolvimento econômico.

Harrod (1939) e Domar (1946), no final da década de 30, apresentaram um modelo de crescimento a partir da teoria keynesiana. No pós-2ª Segunda Guerra, com a necessidade de reconstrução dos países nos quais ocorreram as batalhas e de desenvolvimento não apenas destes, mas também dos países subdesenvolvidos, a economia do desenvolvimento se separou como um campo específico dentro da economia. Como já mencionado, há uma ligação forte entre as ideias de crescimento econômico e desenvolvimento, ambas significando, no limite, melhoria do padrão de vida das pessoas. Assim, os primeiros pensadores da chamada economia do desenvolvimento, formuladores das teorias de desenvolvimento equilibrado e desequilibrado,³ continuaram enfatizando o crescimento econômico.

Na mesma linha, no final da década de 40, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) pensou o desenvolvimento da América Latina, em especial, e dos países periféricos, em geral, basicamente como

³ Podemos citar como autores de teorias de desenvolvimento equilibrado: Nurkse, Rosenstein-Rodan, Lewis. E de desenvolvimento desequilibrado: Hirschman, Myrdal, Perroux.

processo de industrialização. A Cepal apresentou o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento econômico, como queria Rostow (1978), mas como uma condição estrutural do sistema capitalista, o que foi um grande avanço na reflexão sobre o subdesenvolvimento e a condição periférica de países pobres. Quanto ao desenvolvimento, portanto, não se tratava apenas de fazer o produto crescer quantitativamente, mas de mudar estruturalmente a economia desses países por meio da industrialização. A mudança qualitativa da produção e, conseqüentemente, a melhoria do padrão de vida desses países eram os principais objetivos, mas dependiam, basicamente, da industrialização.

Entre as décadas de 50 e 80, a Europa foi reconstruída, muitos países subdesenvolvidos se industrializaram e suas economias cresceram a taxas razoáveis. O problema é que esse crescimento não resultou necessariamente em melhoria do padrão de vida. É nesse período, portanto, que os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento começam a se afastar, quer dizer, começa a ficar mais claro que o crescimento econômico seria uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento, cujo enfoque passa a ser multidimensional. Amartya Sen (1988, p. 12) adverte que bons indicadores de produção não refletem necessariamente melhores condições de vida e, portanto, que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Além de ser um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorporou indicadores sociais aos econômicos na mensuração do desenvolvimento, Sen construiu uma teoria do desenvolvimento baseada na liberdade e no acesso das pessoas aos meios disponíveis para atingir seus fins particulares. O seu ponto é que o crescimento econômico não garante necessariamente a liberdade das pessoas, base do desenvolvimento (SEN, 1988, p. 15). É nessa linha de propostas alternativas de desenvolvimento que se enquadram Lebert, Perroux, Goulet e, afinal, a “ética do desenvolvimento”.

Atualmente, a economia do desenvolvimento e a economia do crescimento são dois campos distintos dentro da economia. A “ética do desenvolvimento” configurou-se como a proposta de se criar um novo

campo interdisciplinar para tratar da questão do desenvolvimento. Não se tratava de substituir os estudos sobre o desenvolvimento existentes, mas de se abrir mais um campo ao lado deles e de outras Ciências Sociais, para tentar solucionar os complexos problemas do desenvolvimento que seriam, simultaneamente, econômicos, políticos, sociais, culturais, técnicos e éticos. No fundo, é a incorporação de uma dimensão filosófica de fundo à reflexão do desenvolvimento, numa espécie de “ecletismo disciplinado” (GOULET, 1997, p. 1.168), isto é, uma reflexão sobre os fins do desenvolvimento e os meios de alcançá-lo condicionados pela questão ética, algo que mal se colocava anteriormente, sobretudo na análise econômica do desenvolvimento.

A proposta inicial de se constituir a “ética do desenvolvimento” como campo específico de estudos partiu de Denis Goulet, na década de 60. Antes de tratar de Goulet, porém, é preciso abordar o pensamento do padre dominicano Louis-Joseph Lebret, cujas ligações com o Brasil foram estreitas desde a década de 40. Ele foi talvez a principal influência intelectual de Goulet. Na verdade, se o trabalho não tratasse da “ética do desenvolvimento” como nova disciplina, certamente começaria por Lebret e não por Goulet. Ele criou, em 1941, a partir de uma experiência com pescadores franceses, o movimento “Economia e Humanismo” (concebido em 1938, criado em 1941). Nesse movimento discutia-se a questão do desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas, mais no plano regional e urbano, e foi criado um método de avaliação da situação do desenvolvimento, a partir da experiência francesa, que foi aplicado na França e em outros países, inclusive o Brasil.⁴ Atuou também na África e na Ásia. No contexto dessas múltiplas experiências empíricas de desenvolvimento, Lebret (1966) procurou teorizar sobre uma “dinâmica concreta do desenvolvimento”.

⁴ Na França, criou o Irfed: Instituto Internacional de Pesquisa e Formação para o Desenvolvimento Harmonizado. Atualmente o Instituto chama-se Centro Internacional Desenvolvimento e Civilizações. No Brasil, a Sigmacs: Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada a Complexos Sociais.

O que deveria haver de comum nessa dinâmica era a ênfase no humano, apelo que expressava a reação contra a ênfase tecnocrática dos modelos econômicos de desenvolvimento. Num pequeno artigo, publicado pelo Irfed por volta de 1960, Lebret (1960) afirma: “há uma teoria e uma ‘ética do desenvolvimento’ a ser elaborada”. Um enorme esforço que deveria resultar numa inflexão do modo tecnocrático de se pensar o desenvolvimento. E foi isso que fez Denis Goulet.

Goulet estudou no Irfed e tentou lançar as bases da “ética do desenvolvimento” como disciplina desde sua tese de Doutorado, orientada por Lebret e defendida em 1966, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. A tese foi publicada no mesmo ano. No artigo *Tasks and Methods in Development Ethics*, de 1988, ele procura definir claramente o que é a “ética do desenvolvimento”, seus objetivos, os seus métodos. Afinal, os objetivos e métodos são dois pilares para a definição de um campo de estudo. A “ética do desenvolvimento” como uma nova disciplina é o que se discute na próxima seção, também considerando o artigo *Toward Development Ethics*, de David Crocker.

A Proposta da “Ética do Desenvolvimento”

Antes de abordar propriamente o que constituiu a proposta da “ética do desenvolvimento” como campo interdisciplinar de estudos sobre o desenvolvimento, é preciso considerar o contexto do pós-Segunda Guerra em que ela surgiu. Três elementos se destacam nesse contexto e se relacionam de modo estreito com aquela proposta.

O primeiro é a conscientização cada vez mais ampla, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, da desigualdade econômica e social entre países. A assimetria das condições econômicas e sociais também era cada vez mais evidente e tinha rebatimentos na disputa política e ideológica entre capitalismo e socialismo que se travava no âmbito da guerra fria.

A resposta dos países ricos a esse conjunto de coisas se deu, em boa medida, por meio dos projetos de investimento e assistência elaborados e executados por agências multilaterais. O aumento do volume desses projetos, que podem ser chamados de projetos de desenvolvimento, é o segundo elemento de destaque desse contexto.

Vale destacar, finalmente, o avanço da tecnologia e da teoria econômica que contribuiu para a tecnificação desses projetos e, aparentemente, deixou em segundo plano a preocupação com os sacrifícios materiais e humanos impostos pelo processo de desenvolvimento, bem como com o esgotamento dos recursos naturais e outras consequências prejudiciais ao meio ambiente. Para além da crítica aos projetos tecnocráticos e economicistas, o principal desafio da “ética do desenvolvimento” seria

encontrar uma linha de conciliação difícil que possa compatibilizar a utilização das técnicas resultantes do avanço do conhecimento científico – considerado pelos tecnocratas de uma certeza apodítica e de uma eficácia pretensamente universalizante – com um desenvolvimento moral correspondente que assegure, solidária e racionalmente, tanto uma preservação dos recursos naturais, indispensável à continuidade e ao equilíbrio das diferentes espécies do planeta, quanto à riqueza e à diversidade das dimensões humanística e ética que integram a pluralidade das culturas humanas (RÊGO, 1996, p. 113).

Afinal, porém, o que seria a “ética do desenvolvimento”? Antes de tudo, a “ética do desenvolvimento” apresentava-se como uma proposta diferente da tradicional. Se esta se prendia ao crescimento econômico, e, no máximo, avançava para outros indicadores sociais, a “ética do desenvolvimento” baseava-se na proposta de valores alternativos aos predominantes no capitalismo, ligados ao mercado e ao ter, para se conceber e concretizar o desenvolvimento. Esses valores alternativos seriam a satisfação de necessidades básicas, a eliminação da pobreza absoluta, o cuidado com o emprego para todos, a redução da dependência (entre países) e o respeito às culturas

locais. A “ética do desenvolvimento” seria, portanto, um campo essencialmente interdisciplinar, paralelo aos campos que discutiam desenvolvimento e crescimento no âmbito da economia e pretendia fazer

uma investigação filosófica sobre a mudança de valores, pois o desenvolvimento é, acima de tudo, uma questão de valores e atitudes humanas, objetivos autodeterminados e critérios para determinar quais são os custos toleráveis no curso da mudança (GOULET, 1997, p. 1.161).

Concretamente, isso significava definir quais bens buscar e como consegui-los e essa definição de fins e meios respectivamente, passa por considerações éticas: vida boa e justiça. Não se tratava, contudo, apenas de Filosofia. Dos pontos de vista teórico e histórico, respectivamente, a questão dos custos do desenvolvimento se justificava, no mínimo, por duas razões: o *trade-off* entre consumo e investimento, e as políticas de ajustamento estrutural impostas pelos países mais ricos aos mais pobres por meio das agências multilaterais, geralmente como contrapartidas dos projetos de investimento e assistência. E aqui vale lembrar a experiência concreta de Goulet em países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia, como atesta seu currículo.

Além disso, a discussão dos fins últimos seria fundamental para orientar a prática. Goulet (1971) considerava a “ética do desenvolvimento” inútil caso não pudesse ser traduzida em ação pública, seja das autoridades, seja dos agentes privados. A questão fundamental seria: Como parâmetros morais podem influenciar as decisões daqueles que detêm o poder? Daí Crocker (1991, p. 467) falar em teoria-prática do desenvolvimento, cujo objetivo seria

identificar em que medida os conflitos entre ciência e ética se processam, onde estão as suas causas e como elaborar uma nova teoria do desenvolvimento da qual se possa derivar um plano de ação mais profundo e consistente que abrigue, na justa medida, a interação entre homem e natureza, ao mesmo tempo em que possa promover as mudanças sociais requeridas,

sem perder de vista os interesses mais gerais da pessoa humana, relativos à dignidade do seu existir, quer material, quer espiritualmente (apud RÊGO, 1996, p. 114).

A "ética do desenvolvimento" propõe-se, então, a refletir sobre valores alternativos que serviriam de base para um novo paradigma de desenvolvimento. Um paradigma de desenvolvimento composto por cinco componentes: um componente econômico, baseado na geração e distribuição equitativa da riqueza; um componente social, que garantisse o bem-estar em habitação, saúde, educação e emprego; um componente político, baseado no respeito aos direitos humanos, à liberdade e à democracia; um componente cultural, que reconhecesse as identidades culturais, e um componente que se poderia chamar de filosófico, mas que Goulet denomina de paradigma da vida integral,⁵ que se preocupa com o sentido último da vida e da História. Deste componente sairiam os princípios que condicionariam os demais.

Ao caracterizar cada um dos componentes, Goulet está informado por certo paradigma da vida integral, por certa concepção normativa da vida. E este sempre será um problema para esse tipo de abordagem do desenvolvimento: afinal, quem determina os valores alternativos (fins) que devem guiar o desenvolvimento (meios)? Essa determinação, necessariamente normativa, além de ser uma razão do afastamento dos economistas desse tipo de abordagem, leva também a um problema metodológico frequentemente discutido nesse campo, como será discutido adiante.

Ao analisar relatórios da ONU, Goulet observa que eles são a prova de que o discurso dos valores alternativos e, portanto, do novo paradigma de desenvolvimento, já foi incorporado pelos planejadores do desenvolvimento, embora não tenham sido incorporados à sua prática. E poderia dizer o mesmo de outras agências multilaterais, como o Banco Mundial (JOSÉ;

⁵ Mario Bunge (1980) fala numa concepção integral de desenvolvimento que seja simultaneamente biológica, econômica, política e cultural. O fundamental nas concepções de Goulet e Bunge é a tentativa de se pensar o desenvolvimento como um todo, rompendo com o isolamento da análise do desenvolvimento estritamente econômica.

GAMBI, 2015). É fácil entender isso, ou alguém poderia discordar de algum dos valores referidos anteriormente? Ou alguém seria contra a incorporação da ética à teoria e prática do desenvolvimento? A princípio, haveria consenso quanto a essas questões, entretanto, quando surgem os conflitos, a prática geralmente não acompanha o discurso. Por exemplo, aceitar diminuir a própria renda em nome de sua melhor distribuição; não construir uma hidrelétrica fundamental para a acumulação de capital por conta da preservação ambiental. Como resolver esses dilemas?⁶

A segunda consideração passa pela questão de por que Goulet – e antes dele Lebret – propõe a “ética do desenvolvimento” como disciplina no quadro dos estudos do desenvolvimento ou por que caminhar no sentido de uma “ética do desenvolvimento”? Como já mencionado, o germe da “ética do desenvolvimento” como disciplina está em Lebret (1966). Com seus estudos da “dinâmica concreta do desenvolvimento”, em meio ao movimento Economia e Humanismo e ao Irfed, Lebret tem nas mãos o objeto, a metodologia e a experiência suficientes para propor, pelo menos, modificações na análise tradicional (econômica) do desenvolvimento. Vale notar a concepção de desenvolvimento do Irfed, a saber, a superação humana da fragmentação imposta pelos diferentes valores e civilizações, e a preocupação com a desumanização e os custos que o desenvolvimento tradicional pode implicar (LEBRET, 1960). Essas são, na verdade, as críticas de fundo à concepção tradicional de desenvolvimento e são elas o embrião da proposta de uma nova disciplina levada a cabo por Goulet. Por que, entretanto, uma nova disciplina?

Geralmente uma nova disciplina é criada quando reúne um corpo sistematizado de conhecimento (objeto, objetivo e metodologia) em uma ou algumas obras que se tornam referência para os estudiosos do campo. Essa seria, por assim dizer, uma razão positiva para o nascimento de uma

⁶ Um dilema moral surge quando há divergências entre os princípios éticos que guiam a ação (CROCKER, 1991).

disciplina, mas há também uma razão negativa, quer dizer, a falta de espaço institucionalizado para discussão desse conhecimento novo. Seria possível discutir a proposta de desenvolvimento baseada em valores alternativos no campo das teorias econômicas de crescimento e desenvolvimento? Provavelmente não, pois, como mencionado anteriormente, economistas não costumam enfrentar explicitamente questões normativas argumentando que tais questões não podem ser tratadas cientificamente.

Tampouco poderia ser discutida no campo da Filosofia política e moral, pois os estudiosos da ética aplicada não estão muito preocupados com a questão do desenvolvimento (HAUSMAN; MCPHERSON, 1993, 2006; GOULET, 1988, p. 8). Então, a junção das razões positiva e negativa justificaria a criação da “ética do desenvolvimento” como uma nova disciplina, ao lado das disciplinas tradicionais relacionadas ao desenvolvimento no campo da Economia e das outras Ciências Sociais.

De fato, com as obras de Goulet, a “ética do desenvolvimento” ganhou um corpo sistematizado de conhecimentos. E a partir dele e, antes, de Lebrét, a “ética do desenvolvimento” foi se institucionalizando por meio da abertura de grupos de pesquisa, da criação de revistas acadêmicas e da realização de congressos específicos sobre o campo. Em 1984 foi fundada a International Development Ethics Association (Idea), num seminário realizado na Costa Rica para discutir o desenvolvimento do ainda chamado Terceiro Mundo. David Crocker foi seu primeiro presidente. Embora a “ética do desenvolvimento” não faça parte das dinâmicas curriculares dos cursos de Economia, pelo menos no Brasil, e este seria um passo importante para a consolidação da disciplina, ela reuniu as condições para que Goulet (1997) pudesse apresentá-la, em artigo, como uma nova disciplina.

A terceira consideração passa pelas razões ou pela necessidade de se estudar a “ética do desenvolvimento”. E essas razões estão ligadas a algumas coisas já referidas anteriormente. A primeira razão apresentada por Goulet (1988) diz respeito à falência da teoria do desenvolvimento tradicional, uma vez que não conseguiu cumprir aquilo que prometia, isto é, um desenvolvi-

mento equitativo e com respeito às culturas locais.⁷ Na prática, as políticas de desenvolvimento promoveram concentração de riqueza e destruição das culturas locais,⁸ pois significavam em muitos casos a homogeneização ao estilo ocidental dos padrões culturais e de consumo. Isso se deveu, em boa medida, à concepção de governos, sobretudo dos países desenvolvidos, e de agências multilaterais de um desenvolvimento que significava “crescimento econômico máximo e orientação concertada rumo à industrialização e ao consumo de massa” (GOULET, 1988, p. 3). A padronização dessa ideia de desenvolvimento plasmada nos projetos concretos destinados aos países pobres embasou a crítica de Goulet à pretensa universalidade do conhecimento econômico e ao atropelo das especificidades e do progresso moral em cada sociedade.

Seria necessário, portanto, promover a prática de um novo paradigma de desenvolvimento entre aqueles que perseguiram as alternativas tradicionais de desenvolvimento. Uma prática que incorporasse a ética na solução de dilemas. Por exemplo: Máquinas que aumentam a produtividade devem ser usadas, ainda que isso implique cortes de postos de trabalho? Faz sentido falar em aumentar a produtividade nesses casos? Qual o custo humano do corte de postos de trabalho? Apresentar e enfrentar questões desse tipo significa incorporar aspectos morais na prática do desenvolvimento.

A segunda razão é que, na sociedade moderna, a escala das atividades humanas se ampliou, a técnica e a divisão do trabalho se aprofundaram, assim como a interdependência entre pessoas e países, e, finalmente, as mudanças nessa sociedade são tão rápidas que afetam os valores das pessoas e, conseqüentemente, seus objetivos finais, objetivos de vida. O espaço é comprimido, o tempo se acelera, o horizonte temporal se encurta e, assim, as questões morais básicas se perdem. A “ética do desenvolvimento” seria

⁷ Sen (1984), por outro lado, lembra que a tradicional economia do desenvolvimento não tem sido particularmente mal-sucedida em identificar fatores que levam ao crescimento em países em desenvolvimento.

⁸ Latouche (1986) considera o desenvolvimento tradicional uma ferramenta para destruir a cultura e a autonomia dos países subdesenvolvidos.

necessária para recuperar a reflexão sobre as questões morais básicas, a saber, a noção de vida boa, o fundamento da justiça, os critérios que regem a relação das pessoas com a natureza e a tecnologia, e, dessa maneira, nortear os fins e os meios de um desenvolvimento mais humano e menos econômico, mais integral e menos material. Assim, vai-se da Filosofia, da discussão das questões de fundo, para o desenvolvimento (CROCKER, 1991).

A terceira razão, de ordem mais prática, é a necessidade de convencer formuladores e executores de políticas de desenvolvimento da importância da reflexão ética para o desenvolvimento (CROCKER, 1991). Tarefa difícil diante de modelos de desenvolvimento voltados essencialmente para a acumulação, como o dos EUA e da China, inseridos nos processos de mundialização e financeirização da economia. Seria preciso, entretanto, humanizar a prática e refletir sobre os custos humanos dessas políticas. Se, em seus campos, economistas não se interessam pela ética e especialistas em ética não se interessam pelo desenvolvimento, o campo da “ética do desenvolvimento” surge como espaço para aproximar a ética da economia.

Sen (1988, p. 11) certamente criticaria a proposta de mais uma fragmentação dentro da economia, assim como criticou o surgimento da economia do desenvolvimento como campo específico do conhecimento na década de 40. Isso porque os objetivos do desenvolvimento, os seus fins, são a principal questão da economia de maneira geral e, desse modo, a separação dentro do campo da Economia não seria necessária ou justificada. Por outro lado, ao se referir à discussão dos fins do desenvolvimento, Sen (1999) adverte para a importância de se aproximar a ética da Economia e talvez apoiasse a criação de um campo interdisciplinar para tratar da questão do desenvolvimento. Para Goulet e Crocker, a “ética do desenvolvimento” como nova disciplina se justificaria, em síntese, pela proposição de um novo paradigma de desenvolvimento, pela promoção das questões morais básicas e pela aproximação entre economia e ética.

A quarta consideração sobre a “ética do desenvolvimento” diz respeito às suas tarefas ou aos seus objetivos. A grande tarefa da “ética do desenvolvimento”, segundo Goulet (1988) e Crocker (1991), seria promover a passagem da preocupação “ética do desenvolvimento” do discurso para a prática. Seria influenciar de fato a concepção e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento. E essa influência significaria humanizar as decisões a respeito do desenvolvimento.⁹

Um exemplo que ilustra bem porque é preciso humanizar as decisões de política de desenvolvimento é apresentado por Hausman e McPherson (2006, p. 13). Destacam os autores que, em dezembro de 1991, Lawrence Summers, então economista-chefe do Banco Mundial, redigiu um memorando para seus colegas recomendando que o banco estimulasse a migração de empresas poluidoras para os países menos desenvolvidos, baseado em três argumentos. O primeiro é de que o custo de doenças e mortes causadas pela poluição depende da contribuição das pessoas à produção, medida pelo salário. Pessoas com salário maior contribuem mais para o aumento da produção, portanto o custo da doença e da morte dessas pessoas para a produção é maior do que nos lugares em que o salário é mais baixo. Logo, as firmas poluidoras deveriam migrar para lugares nos quais os salários fossem mais baixos. O segundo é de que o custo da poluição não é linear. Ele tende a ser mais baixo no início. Por isso, a poluição tem um custo mais baixo em países pobres não industrializados, que seriam subpoluídos. E, finalmente, a demanda por ar limpo tem alta elasticidade-renda, isto é, uma pequena variação na renda faz aumentar mais do que proporcionalmente a demanda por ar limpo. Em outras palavras, a preocupação com o ar limpo é muito maior nos países ricos do que nos países pobres. Esses argumentos fazem sentido do ponto de vista da análise econômica que se preocupa com a alocação ótima de recursos, regida pela lógica utilitarista, mas são tão chocantes do ponto

⁹ Perroux (1961) é um dos principais defensores da humanização da economia. Para ele, o desenvolvimento de cada homem e de todos os homens é uma finalidade que deveria ser unanimemente aceita pelos responsáveis da política, da economia e da investigação.

de vista ético que Hausman e McPherson põem em dúvida sua validade: não sabem se o recado de Summers é realmente sério ou se é uma ironia quanto ao que a análise econômica estrita pode significar.

A humanização do processo de desenvolvimento significa, concretamente, refletir sobre os seus custos em termos de sacrifício do bem-estar, como no caso citado, e de destruição de culturas. No fundo, para Goulet (1988, p. 22), as preocupações da “ética do desenvolvimento” são essenciais para manter viva nas pessoas a esperança de que a vida pode ser melhor. E aqui vale uma pequena digressão sobre a esperança. Assim como na teoria econômica a expectativa é o motor da ação do investidor, de maneira mais geral, a esperança é a razão da ação das pessoas. Sem esperança, sem a crença de que algo pode ser transformado, não há ação. E sem ação teórico-prática não haveria “ética do desenvolvimento”.

Discutiu-se até aqui o que é a “ética do desenvolvimento”, qual a necessidade de se criar uma nova disciplina para debater o desenvolvimento e quais os seus objetivos. A quinta e última consideração sobre a “ética do desenvolvimento” diz respeito aos seus métodos. Como já dito no início da discussão, o conceito de desenvolvimento pode ser considerado um dos mais fundamentais, mas também um dos mais complexos da Economia. Ele comporta muitas definições e delimitações e, por isso, há uma variedade de métodos para análise e mensuração do desenvolvimento que dependem, obviamente, de sua definição. A questão que se coloca é: Como analisar e medir um desenvolvimento baseado em valores alternativos, muitas vezes não econômicos, difíceis de serem mensurados ou mesmo não mensuráveis?

Apesar de todas as dificuldades envolvidas nesse processo de análise e mensuração, claro que a “ética do desenvolvimento”, preocupada em se firmar como campo do conhecimento, precisa apresentar os seus métodos. E esta talvez seja a maior fragilidade dessa proposta. Inicialmente, entram dois pontos mais gerais que norteiam os métodos da “ética do desenvolvimento”. O primeiro refere-se à ética aplicada. Na análise do desenvolvimento, a ética abstrata não serve, ainda mais quando se pretende guiar a decisão

dos formuladores de políticas de desenvolvimento. Como destaca Goulet (1988, p. 13), “a disciplina do desenvolvimento é uma arte, não uma ciência: ela lida com decisões e ações tomadas em condições de alta incerteza sem padrões ordenados e perfeitos de lógica ou desenho”. Além disso, “é preciso sabedoria prática para lidar com ela. Os valores só podem julgar as escolhas relativas ao desenvolvimento considerando suas especificidades concretas” (p. 17). Para casos concretos e diversos, só restaria a ética aplicada.

Juízos éticos partem sempre da definição de valores. E aqui a “ética do desenvolvimento” se afasta da análise econômica do desenvolvimento, porque não se pretende, como esta última, isenta de valores. Pelo contrário, a teoria e a prática do desenvolvimento, por envolverem a definição de fins e meios para alcançar esses fins, não poderiam ser isentas de valores, pois, em última instância, são os valores, explícita ou implicitamente, que guiarão as decisões acerca das políticas de desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento é positiva e normativa ao mesmo tempo, isto é, na medida em que diz como é, traz junto o como deve ser. Por exemplo, se a teoria diz que o lucro é o motor do desenvolvimento, fica implícito que se deve estimular a geração de lucro. Se a teoria diz que o capital humano é fundamental para o desenvolvimento, fica implícito que o capital humano deve ser estimulado. O ponto da “ética do desenvolvimento” é justamente refletir sobre os valores que informarão a teoria e a prática do desenvolvimento e avaliá-los, com a intenção de construir um desenvolvimento mais humano e menos econômico. Ou que coloque o econômico a serviço do humano e não o contrário. E a humanização do desenvolvimento passaria pela defesa de valores como a primazia das necessidades sobre os desejos; a solidariedade dos mais ricos com os mais pobres não por caridade, mas por justiça; a promoção de uma mudança estrutural e institucional para viabilizar a mudança da justiça; a política como arte do possível. Quer dizer, valores definidos dentro do próprio campo da “ética do desenvolvimento”.

Afirmar as especificidades concretas ou, assim como Lebret (1966), a “dinâmica concreta do desenvolvimento” traz pelo menos dois problemas. Primeiro, porque afirmar as especificidades implica problemas de método por causa da impossibilidade de se definir padrões ou regras universalmente aplicáveis, quer dizer, implica a impossibilidade de se teorizar o desenvolvimento. Lebret (1966) foge desse impasse metodológico afirmando, de fato, a dificuldade de se formular uma teoria geral do desenvolvimento, mas abrindo espaço para a formulação de teorias para realidades específicas. Segundo, porque ao tratar de valores, a “ética do desenvolvimento” se afastaria do campo científico e cairia numa espécie de relativismo, uma vez que seria impossível definir valores universais a partir do respeito à diversidade cultural. Esses e outros problemas serão abordados adiante.

O segundo ponto importante relativo ao método é tratar a ética como “meio dos meios” (GOULET, 1988, p. 17, 1997, p. 1.165). Isso significa que a ética deve servir como um guia para a análise crítica das implicações dos meios, ou das políticas, utilizadas para se alcançar o desenvolvimento. Em outras palavras, ela deve definir os valores a serem seguidos e, a partir deles, restringir as escolhas dos formuladores e executores das políticas de desenvolvimento (GOULET, 1997, p. 1.165). Nas palavras de Goulet (1988, p. 17), “a ética funciona como um farol que ilumina questões morais escondidas dentro dos meios instrumentais usados pelos formuladores de políticas de desenvolvimento”.

Em suma, o método da “ética do desenvolvimento” consiste na aplicação da ética na avaliação das políticas de desenvolvimento. De modo mais aplicado isso significaria diagnosticar os principais problemas enfrentados pela sociedade que está sendo analisada; guiar as escolhas de políticas de desenvolvimento e resolver dilemas relacionados a questões valorativas.¹⁰

¹⁰ Hausman e McPherson (2006) trabalham com a operacionalização da proposta de incorporar a questão ética à análise e formulação das políticas públicas.

Considerações Finais

Os problemas metodológicos elencados anteriormente, que de certo modo levantam suspeitas em relação à “ética do desenvolvimento” como disciplina, foram sistematizados por Gasper (2006). E este trabalho termina, a título de considerações finais, com quatro objeções à “ética do desenvolvimento” e com a tentativa de refutá-las, apresentadas no interessante artigo desse autor.

A primeira das objeções, que na verdade são críticas à “ética do desenvolvimento”, diz que a ética, entendida como conjunto de valores que definem o que é bom ou certo, é desnecessária na análise do desenvolvimento por uma razão muito simples: ela é óbvia. Gasper (2006) argumenta que, de fato, é fácil fazer a análise a partir de um conjunto de valores tomados como dados, como costuma fazer a abordagem econômica, por exemplo. A análise do desenvolvimento, contudo, fica mais difícil quando se admite a possibilidade de mais de uma ética e, dado isso, quando se tem de definir qual ética seguir. Em outras palavras, quando se reflete sobre os princípios que deverão orientar os fins e os meios do desenvolvimento. Assim, a questão ética no desenvolvimento deixa de ser óbvia.

A segunda objeção diz respeito à falta de objetividade da “ética do desenvolvimento” e, portanto, questiona-se sua validade científica. Trata-se de dois problemas referidos anteriormente. Primeiro, a análise do desenvolvimento é positiva e normativa ao mesmo tempo. A pretensamente positiva, com normatividade implícita, tem validade científica, mas quando a normatividade aparece a análise perde essa validade. Isso porque seria arbitrária a definição dos valores que norteariam o desenvolvimento. Segundo, a aceitação de diferentes éticas levaria ao relativismo. Para Gasper (2006), com método, é possível evitar as duas coisas: o subjetivismo e o relativismo. Esse autor chega a propor em seu artigo um método de três fases baseado no que chama de ética substantiva. Cortina (2011) também propõe um modelo de

“ética do desenvolvimento”, só que baseado no princípio da justiça. O caso é que os estudiosos desse campo ainda buscam métodos que lhes permitam responder de maneira mais acabada, se é que isso é possível, a essa objeção.

A terceira objeção é de que a incorporação da ética à teoria e à prática do desenvolvimento pode até ser efetiva no discurso, mas não é efetiva na prática. Gasper (2006) apoia-se nos estudos de Corbridge (2004) e Booth (2004) para alertar que a ética não diz o que se deve fazer exatamente, mas ajuda na escolha da política de desenvolvimento mais adequada. Nesse sentido, ela serve como uma espécie de farol na escolha de políticas de desenvolvimento, conforme já indicado.

Finalmente, a quarta objeção é de que a ética é politicamente frágil. Nesse caso, Gasper (2006) observa que a argumentação ética pode ser suficiente para se opor aos interesses dos agentes mais poderosos e alterar as políticas de desenvolvimento.

Apesar dessas objeções, que são importantes, a “ética do desenvolvimento” parece reunir os elementos necessários para se constituir e firmar-se como campo específico no estudo interdisciplinar do desenvolvimento – ou numa nova disciplina –, em que pese a inadequação do substantivo disciplina para um campo que se pretende interdisciplinar. Há um conjunto de conhecimentos que a embasam, há uma importante discussão de métodos e, sobretudo, há pessoas debatendo a partir desses conhecimentos e métodos. Talvez lhe falte maior penetração nos meios acadêmicos e reconhecimento científico, mas esta é outra questão.

Referências

BOOTH, D. Development Research: From a Impasse to a New Agenda. In: SCHUURMAN, F. *Beyond the Impasse: New Direction in Development Theory*. Londres: Zed Books, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *Texto para discussão EESP/FGV*, v. 157, 2006.

- BUNGE, Mario. *Ciência e desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 1980.
- CORBRIDGE, S. Ethics in Development Studies: the Example of Debt. In: SCHUURMAN, F. *Beyond the Impasse: New Direction in Development Theory*. Londres: Zed Books, 2004.
- CORTINA, Adelia. Una propuesta de ética del desarrollo. *Ethics and Economics*, v. 19, n. 5, p. 8-24, 2011.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CROCKER, D. Toward Development Ethics. *World Development*, v. 19, n. 5, p. 457-483, 1991.
- DOMAR, E. Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment. *Econometrica*, v. 14, n. 2, p. 137-147, 1946.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GASPER, D. What is the point in Development Ethics? *Ethics and Economics*, v. 4, n. 2, p. 1-30, 2006.
- GOULET, D. A “*ética do desenvolvimento*”. São Paulo: Duas Cidades, 1966.
- _____. Development Ethics: a new discipline. *International Journal of Social Economics*, v. 24, n. 11, p. 1.160-1.171, 1997.
- _____. Tasks and Methods in Development Ethics. *Notre Dame University, Working Paper 106*, 1988.
- _____. *The Cruel Choice: a new concept in the theory of development*. Nova York: Atheneum, 1971.
- HARROD, R. An Essay in Dinamic Theory. *The Economic Journal*, v. 49, n. 3, p. 14-33, 1939.
- HAUSMAN, D.; MCPHERSON, M. *Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. Taking Ethics Seriously: Economics and Contemporary Moral Philosophy. *Journal of Economic Literature*, v. 31, n. 2, p. 671-731, 1993
- HECKSCHER, E. F. “Revisions in economic history: mercantilism”. *Economic history review*, 7 (1), november 1936. In: BLAUG, M. (Org.). *The later mercantilists: Josiah Child and John Locke*. Aldershot: Edward Elgar, 1991.

JOSÉ, C. R.; GAMBI, T. F. R. O discurso do Banco Mundial sobre o desenvolvimento e sua política de empréstimos (1946-1987). *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 34, p. 88-125, 2015.

LATOUCHE, S. *Faut-il refuser le développement?* Paris: PUF, 1986.

LEBRET, J.-L. *Dinamica concreta del desarrollo*. Barcelona: Herder, 1966.

_____. *Investigação sobre os aspectos humanos do desenvolvimento*. [mimeo.], 1960.

MARX, K. *Teoria da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PERROUX, F. L. *Économie du XXe. siècle*. Paris: PUF, 1961.

RÊGO, G. B. Algumas considerações e inferências em torno do artigo do professor Denis Goulet acerca do tema “ética do desenvolvimento”, como uma nova disciplina filosófica. *Revista Perspectiva Filosófica*, Recife, v. III, p. 109-138, 1996.

ROSTOW, W. *As etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHUMPETER, A. *teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. “The Concept of Development”. In: CHENRY, H.; SRINIVASAN, T. N. *Handbook of Development Economics*. Amsterdam: Elsevier, 1988. v. 1.

_____. *Resources, Values and Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

Recebido em: 31/8/2015

Acceto em: 20/7/2016